

Transtornos Mentais Comuns em Trabalhadores Feirantes de um Município no Interior Baiano

Jucimaura da Cruz e Dias¹ , Marcela Andrade Rios² , Luzia Célia Batista Soares³ ,
Pablo Luiz Santos Couto⁴  e Mauro César Ribeiro dos Santos⁵ 

Universidade do Estado da Bahia, Guanambi, Bahia, Brasil

Universidade Federal da Bahia, Guanambi, Bahia, Brasil

Resumo: Os Transtornos Mentais e Comportamentais (TMC) emergem como uma questão de saúde pública relevante, especialmente entre os trabalhadores feirantes, dadas as vulnerabilidades nas condições de trabalho. Neste sentido, o estudo teve por objetivo identificar a prevalência de transtornos mentais comuns em trabalhadores feirantes e seus fatores associados quanto aos aspectos sociodemográficos, ocupacionais e de saúde. Foi realizado um estudo de corte transversal do tipo inquérito junto a 61 trabalhadores feirantes do Mercado Municipal da cidade de Guanambi, localizada no Alto Sertão do Estado da Bahia. Os dados foram coletados por meio de dois instrumentos: o questionário sociodemográfico e ocupacional e o *Self Reporting Questionnaire* (SRQ-20), para a avaliação dos transtornos mentais comuns. O estudo foi apreciado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa. A prevalência encontrada de transtorno mental comum foi de 31,1%, sendo maior em mulheres, com significância estatística ($p= 0,001$). Dentre os sintomas relatados, os principais foram nervosismo, tensão ou preocupação, seguidos por facilidade em se assustar; a insônia foi o sintoma somático mais predominante. Quanto ao decréscimo de energia vital, 41% relataram cansaço frequente e 31,1% disseram sentir-se cansados o tempo todo. Avaliando os pensamentos depressivos, 6,6% mencionaram ter tido ideias de acabar com a própria vida. Conclui-se que essa população apresenta uma significativa vulnerabilidade ao sofrimento psíquico, evidenciando a necessidade de políticas públicas voltadas à saúde mental dos trabalhadores feirantes.

Palavras-chave: transtornos mentais comuns, trabalhadores feirantes, trabalho informal, saúde do trabalhador

Common Mental Disorders in Market Workers in a Municipality in the Interior of Bahia

Abstract: Mental and Behavioral Disorders (MBD) are emerging as an extremely relevant public health issue, especially among market workers considered vulnerable due to their working conditions. In this sense, the study aimed to identify the prevalence of common mental disorders in market workers and

¹ Acadêmica do Curso de Bacharelado de Enfermagem da Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Guanambi, Bahia, Brasil. *Email:* jucimauracruzdias84@gmail.com

² Doutora em Ciências da Saúde. Docente da Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Guanambi, Bahia, Brasil. *Email:* mrios@uneb.br

³ Mestre em saúde coletiva. Docente da Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Guanambi, Bahia, Brasil. *Email:* luziasoares@uneb.br

⁴ Doutor em Ciências da Saúde (PPGES/UESB). Mestre em Enfermagem (PPGENF/UFBA). Guanambi, Bahia, Brasil. *Email:* pablocouto0710@yahoo.com.br

⁵ Mestre em Ciências Ambientais e Saúde. Docente da Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Guanambi, Bahia, Brasil. *Email:* mcesar@uneb.br

Submetido em: 22-01-2025. Primeira decisão editorial: 19-03-2025. Aceito em: 07-08-2025.

their associated factors regarding sociodemographic, occupational and health aspects. A cross-sectional survey study was carried out with 61 market workers from the Municipal Market of the city of Guanambi, located in the high backlands of the state of Bahia. The data were obtained through two instruments, the sociodemographic and occupational questionnaire and the Self Reporting Questionnaire (SRQ-20), for the evaluation of common mental disorders. The study was assessed and approved by the Research Ethics Committee. The prevalence of common mental disorders was 31.1%, being higher in women, with statistical significance ($p = 0.001$). Among the symptoms reported, the main ones were: nervousness, tension or worry, accompanied by being easily frightened, and insomnia was the most prevalent somatic symptom. Regarding the decline in vital energy, 41% reported frequent fatigue and 31.1% said they felt tired all the time. Evaluating depressive thoughts, 6.6% mentioned having had thoughts of ending their own lives. It is concluded that this population presents a significant vulnerability to psychological suffering, highlighting the need for public policies external to the mental health of market workers.

Keywords: common mental disorders, market workers, informal work, worker health

Introdução

Os Transtornos Mentais e Comportamentais (TMC) emergem como uma questão de saúde pública relevante, afetando indivíduos de todas as faixas etárias, gêneros e condições socioeconômicas. Esses agravos psicológicos manifestam-se de forma marcante, desencadeando uma gama de sentimentos que incluem o isolamento social e a tristeza, muitas vezes culminando em situações críticas, como o suicídio (Ramos & Silva, 2021).

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), os TMC geralmente são caracterizados por uma complexa interação entre pensamentos, percepções, emoções e comportamentos anormais, podendo influenciar negativamente as relações interpessoais (OMS, 2022). Os sintomas característicos incluem insônia, fadiga, irritabilidade, esquecimento, dificuldade de concentração e queixas somáticas, englobando uma variada sintomatologia que soma

elementos característicos de depressão e ansiedade (Goldberg & Huxley, 1992).

Em 2019, a OMS estimava que quase um bilhão de pessoas vivia com algum transtorno mental, dos quais os transtornos de ansiedade e os depressivos são os mais comuns. Além disto, são considerados a principal causa de incapacidade, o que corresponde a um em cada seis anos vividos com esta condição (Organização Pan-Americana de Saúde [OPAS], 2022). Este adoecimento mental causa um impacto cada vez mais significativo na saúde da população global (Oliveira, 2023).

De acordo com Mascarenhas (2014), os TMC afetam de maneira notável a população em geral, com uma ênfase nos trabalhadores, especialmente aqueles que operam no setor informal, como os feirantes. A informalidade, para a maioria expressiva dos trabalhadores, representa uma via para permanecerem ativos no mercado de trabalho, o que se torna uma alternativa essencial para a obtenção de renda (Carvalho & Aguiar, 2017).

Porém, esses indivíduos enfrentam uma série de fatores de risco que estão intrinsecamente ligados tanto ao ambiente de trabalho quanto às condições de vida, e esses fatores têm um impacto tangível na saúde mental. Ludermitz (2005) realizou um estudo comparativo entre trabalhadores formais e informais, evidenciando que os trabalhadores informais apresentam uma maior prevalência de transtornos mentais em comparação aos trabalhadores formais. Fatores como insegurança financeira, jornadas exaustivas, falta de suporte social e ausência de direitos trabalhistas contribuem diretamente para esse cenário.

Vasconcelos et al. (2023), ao estudarem a vulnerabilidade psicossocial dos trabalhadores informais, inferem que esta parcela da população fica vulnerável às condições precárias de trabalho, aos salários baixos, à falta de proteção social e à insegurança no emprego. Sem contratos, não há estabilidade financeira nem acesso aos benefícios essenciais, como a licença-maternidade, as férias remuneradas e o plano de aposentadoria. No entanto, temáticas referentes à informalidade e à saúde psíquica são, ainda, um desafio para a ciência, uma vez que são poucos os estudos que têm como

foco a identificação das condições de trabalho destes profissionais e o impacto destas sobre a sua própria saúde, especialmente no que tange à sua saúde mental e comportamental (Santos & Mesquita, 2016; Sekaran et al., 2024; Vasconcelos et al., 2023).

No geral, indivíduos empregados em empregos informais avaliados em 11 países da América Latina apresentaram prevalência 27% maior de sintomas depressivos graves em comparação com aqueles em empregos formais (Huynh et al., 2022). Em um estudo realizado com trabalhadores informais, especificamente feirantes, na cidade de Feira de Santana, Bahia, Brasil, a prevalência global de TMC foi de 32,4%, sendo maior em mulheres (Mascarenhas, 2014).

Os trabalhadores feirantes desenvolvem suas atividades em condições de trabalho que os tornam vulneráveis a impactos sociais, econômicos, psicológicos e físicos inerentes à atividade informal que desempenham, como longas jornadas de trabalho, exposição a condições laborais inadequadas, inexistência de horários preestabelecidos e de ambiente adequado para a realização das refeições, além de problemas econômicos em virtude do caráter autônomo da profissão (Magalhães et al., 2019).

Nesse íterim, a ocorrência dos transtornos mentais comuns geralmente está associada a essas condições de trabalho, as quais podem criar riscos psicossociais significativos (Figueredo et al., 2020), e afetar direta ou indiretamente, o trabalho desses profissionais e, conseqüentemente, sua qualidade de vida (Carvalho & Aguiar, 2017). Desse modo, os trabalhadores informais representam um grupo suscetível a diversos transtornos mentais.

Além disso, a quantidade limitada de pesquisas epidemiológicas focadas na saúde mental dos trabalhadores dificulta a obtenção de uma compreensão completa sobre essa questão e suas implicações para a saúde desses indivíduos (Farias & Araújo, 2011; Vasconcelos et al., 2023). Embora existam pesquisas que abordam a saúde mental no contexto do trabalho, a maioria delas se concentra em outros públicos.

Nesse sentido, o presente estudo propôs analisar os transtornos mentais comuns em trabalhadores feirantes. Para tanto, teve como

questão de investigação: “Qual a prevalência de transtornos mentais comuns em trabalhadores feirantes e quais fatores associados podem influenciar a prevalência desses transtornos?”.

Visando responder a tal questionamento, o estudo teve como objetivo identificar a prevalência de transtornos mentais comuns em trabalhadores feirantes e seus fatores associados no que diz respeito aos aspectos sociodemográficos, ocupacionais e de saúde.

Material e Métodos

Foi realizado um estudo de corte transversal do tipo inquérito junto a trabalhadores feirantes do Mercado Municipal da cidade de Guanambi, localizada no Alto Sertão do Estado da Bahia.

Guanambi é uma cidade de médio porte a qual se localiza no Alto Sertão Produtivo, na mesorregião do Centro-Sul Baiano; abrangendo uma população estimada de 93.065 habitantes e uma área territorial de 1.272,366km², segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2024).

O Mercado Municipal de Guanambi (BA), situado no centro comercial da cidade, atrai um significativo número de trabalhadores informais da própria cidade e de áreas vizinhas. A estrutura do mercado compreende quatro setores, distribuídos entre três pavilhões e uma área de bancas, na qual se realiza uma variedade de atividades comerciais é realizada, abrangendo a venda de frutas, verduras e grãos, bem como açougues, restaurantes, lanchonetes e outros segmentos (Rios et al., 2022).

Participaram deste estudo trabalhadores com idade igual ou superior a 18 anos, os quais desenvolviam atividades laborais no Mercado Municipal de Guanambi e que estavam cadastrados e em acompanhamento em um projeto de pesquisa da Universidade do Estado da Bahia e da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Foram excluídos aqueles que, embora cadastrados, não estavam mais trabalhando no mercado municipal.

Fizeram parte da pesquisa 61 trabalhadores feirantes. Optou-se por uma amostragem não probabilística, utilizando a técnica de “bola de neve”, na qual cada participante indica outros para serem

entrevistados. A amostragem por “bola de neve”, empregada em pesquisas qualitativas, tem sido cada vez mais utilizada também em estudos quantitativos (Barros et al., 2020; Oliveira et al., 2021). A escolha da técnica de amostragem por “bola de neve” justifica-se pela natureza específica e pelas condições práticas de acesso ao grupo de trabalhadores feirantes, os quais apresentam características que dificultam a aplicação de métodos probabilísticos convencionais. Os feirantes frequentemente trabalham em ambientes dinâmicos, com horários irregulares, o que limita a sua disponibilidade para responder a questionários presenciais ou agendados com antecedência. Neste contexto, a estratégia de “bola de neve” permitiu acessar este grupo por meio de indicações entre pares, o que facilitou a aproximação com os participantes e aumentou a confiança na participação.

A coleta de dados foi realizada no período do mês de setembro a novembro de 2024, em todos os pavilhões e bancas do mercado municipal. Após o aceite e a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, realizava-se a aplicação dos instrumentos.

Os dados foram coletados por meio de dois instrumentos, o Questionário Sociodemográfico e Ocupacional e o *Self Reporting Questionnaire* (SRQ-20), para a avaliação dos transtornos mentais comuns.

O SRQ-20 é uma ferramenta de medição e de avaliação de transtornos mentais comuns. Desenvolvido pela OMS, este questionário é composto por 20 perguntas, com a finalidade de avaliar e de detectar os sintomas não psicóticos que caracterizam os Transtornos Mentais Comuns. Ele aborda sintomas associados a transtornos tais como depressão e ansiedade. A sua natureza autorrelatada permite que os indivíduos expressem os seus sentimentos e experiências de forma direta, o que contribui para a identificação precoce de possíveis problemas de saúde mental (Mascarenhas, 2014). Todavia, é importante ressaltar que este instrumento não implica diagnóstico psíquico formal, mas funciona como um indicativo de sofrimento psíquico significativo (Gomes et al., 2020).

A validação do SRQ-20 no contexto brasileiro

foi realizada em 1986 por Marie Willians, contribuindo para sua aceitação como uma ferramenta de triagem bem estabelecida. Esse questionário adota perguntas de resposta dicotômica (sim ou não), em que cada item recebe pontuação 1 se a resposta for “sim” ou 0 se a resposta for “não”, o que permite uma avaliação simplificada dos sintomas relacionados a distúrbios não psicóticos com base na pontuação obtida (Silveira et al., 2021). A sua validação inicial trouxe ao instrumento um reconhecimento importante, estabelecendo sua eficácia como uma ferramenta valiosa na avaliação da saúde mental (Guirado & Pereira, 2016).

Nos estudos realizados no Brasil, os valores mais frequentemente empregados como ponto de corte do instrumento SRQ-20 situam-se em uma faixa entre os escores totais de sete e oito, embora haja alguma variação em diferentes pesquisas, influenciada pelas características da amostra e pelo contexto de aplicação (Silveira et al., 2021).

O ponto de corte utilizado para suspeição de TMC neste estudo foi de sete pontos, ou seja, a partir de sete respostas positivas no SRQ-20. Tal pontuação é utilizada para populações adultas da atenção primária à saúde no Brasil, com boa sensibilidade e especificidade para triagem de TMC (Gonçalves; Stein; Kapczinski, 2008).

A presença de transtorno mental comum foi considerada a variável dependente deste estudo. As variáveis independentes utilizadas foram: sociodemográficas (sexo, idade, raça/cor, situação conjugal e escolaridade) e ocupacionais (tipo de vínculo, função, tempo de trabalho e dias trabalhados por semana). Estas variáveis independentes foram categorizadas da seguinte forma: variáveis sociodemográficas – faixa etária (até 39, 40-59, 60 ou mais); convivência marital (sim ou não); escolaridade (até o ensino fundamental, médio ou mais); raça/cor (negros e não negros); vínculo (autônomo ou proprietário e empregado); dias trabalhados (até 3 dias na semana, 4-6 dias, todos os dias) e tempo de trabalho (até 5 anos, 6-10, 11-20, mais de 20 anos).

Os dados obtidos foram inicialmente tabulados no programa Microsoft Office Excel, no qual foi realizada a organização preliminar destes. Posteriormente, estes foram exportados

para o software *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS), no qual foi feita a análise estatística com distribuição de frequências relativas (FR), e porcentagens das variáveis. As análises descritivas foram apresentadas por meio de tabelas.

A segunda etapa correspondeu à análise bivariada pelo teste do Qui-Quadrado, para verificar a existência de associação estatisticamente significativa entre a variável dependente e as variáveis independentes. O nível de significância adotado foi de $p < 0,05$.

O estudo atendeu às recomendações da Resolução do Conselho Nacional de Saúde 466/2012, sendo submetido e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade do Estado da Bahia, sob CAAE nº. 78009624.9.0000.0057.

Resultados

A pesquisa contou com a participação de 61 trabalhadores feirantes, com predominância do sexo feminino ($n=43$) e da faixa etária entre 40 e 59 anos ($n=27$). A maioria dos trabalhadores declarou-se da raça negra ($n=41$) e possuía escolaridade até o ensino fundamental ($n=41$). Além disso, 32 não viviam em convivência marital.

No perfil ocupacional, a maior parte dos participantes afirmou serem proprietários ou autônomos ($n=55$). A maioria relatou ter mais de 10 anos de trabalho ($n=41$) e uma carga de trabalho de quatro a seis dias por semana ($n=24$).

A prevalência encontrada de transtorno mental comum, por meio da análise das questões do SRQ-20, foi de 31,1%. Ao analisar a relação entre tais características sociodemográficas e ocupacionais com a presença de transtornos mentais comuns, verificou-se maior prevalência dos TMC em mulheres (44,2%), com significância estatística ($P= 0,001$). Nenhum dos homens avaliados apresentou TMC.

Também apresentaram maiores prevalências dos TMC, porém sem significância estatística, trabalhadores na faixa etária de 40 a 59 anos (44,4%), autodeclarados não negros (35%), com escolaridade de até ensino fundamental (36,6%), que trabalham na feira há mais de 10 anos (31,7%), proprietários de seus negócios (33,3%), desenvolvem suas atividades

laborais de quatro a seis dias na feira (37,5%), conforme visualizado na tabela 1.

Tabela 1

Relação entre TMC e variáveis sociodemográficas e laborais dos feirantes. Guanambi, 2024

Variáveis	Sem TMC		Com TMC		Valor de p
	n	%	n	%	
Sexo					
Masculino	18	100	0	-	0,001
Feminino	24	55,8	19	44,2	
Faixa etária					
Até 39 anos	10	83,3	2	16,7	0,086
De 40 a 59 anos	15	55,6	12	44,4	
60 e mais	17	81	4	19	
Raça/cor					
Negros	29	70,7	12	29,3	0,650
Não negros	13	65,0	7	35,0	
Escolaridade					
Até o Ensino fundamental	26	63,4	15	36,6	0,189
Ensino Médio ou mais	16	80,0	4	20,0	
Convivência marital					
Sim	20	69,0	9	31,0	0,986
Não	22	68,8	10	31,3	
Tempo de trabalho					
Até 10 anos	14	70,0	6	30,0	0,892
Mais de 10 anos	28	68,3	13	31,7	
Vínculo					
Proprietário/ Autônomo	38	69,1	17	30,9	0,903
Empregado	4	66,7	2	33,3	
Dias trabalhados por semana					
Até 3 dias por semana	11	73,3	4	26,7	0,689
De 4 a 6 dias	15	62,5	9	37,5	
Todos os dias da semana	16	72,7	6	27,3	
Função no trabalho					
Produtor	0	-	1	100	0,155
Vendedor	32	76,2	10	23,8	
Cozinheiro	3	37,5	5	62,5	
Auxiliar de cozinha	2	66,7	1	33,3	
Açougueiro	2	100	0	-	
Outro	3	60	2	40	
TOTAL	42	68,9	19	31,1	

Entre os principais sintomas relatados, conforme demonstrado na tabela 2, destacaram-se os relacionados ao humor depressivo e ansioso: nervosismo, tensão ou preocupação foram mencionados por 60,7% dos participantes, seguidos por uma facilidade em se assustar (50,8%). Para os sintomas somáticos, foi possível identificar que a maior parte dorme mal. No que diz respeito ao decréscimo de energia, 41% relataram cansaço frequente e 31,1% sentiram-se cansados o tempo todo.

Em relação aos pensamentos depressivos, 32,6% afirmaram ter se sentido tristes recentemente, 23% relataram perda de interesse pelas coisas, e 6,6% mencionaram ter tido ideias de acabar com a própria vida.

Tabela 2

Frequências absolutas e relativas de sintomas, por grupos, de acordo com as afirmativas positivas dos trabalhadores feirantes. Guanambi, 2024

Grupo de sintomas	Sim	
	n	%
Dores de cabeça frequentes	17	27,9
Falta de apetite	16	26,2
Dorme mal	21	34,4
Assusta-se com facilidade	31	50,8
Tremores nas mãos	8	13,1
Nervoso(a), tenso(a) ou preocupado(a)	37	60,7
Má digestão	13	21,3
Dificuldade de pensar com clareza	22	36,1
Sentindo-se triste ultimamente	20	32,8
Chorado mais do que o costume	9	14,8
Dificuldades para realizar com satisfação suas atividades diárias	12	19,7
Dificuldade para tomar decisões	23	37,7
Dificuldade no serviço/trabalho	5	8,2
Sentir-se incapaz de desempenhar um papel útil em sua vida	9	14,8
Perda de interesse pelas coisas	14	23,0
Sentir-se uma pessoa inútil, sem préstimo	3	4,9
Ideias de acabar com a própria vida	4	6,6
Cansado(a) o tempo todo	25	41,0
Sensações desagradáveis no estômago	15	24,6
Cansa-se com facilidade	19	31,1

Discussão

A prevalência dos TMC encontrada neste estudo entre os feirantes participantes foi de 31,1%. O resultado corrobora os achados de Mascarenhas (2014) em estudo similar realizado também com feirantes na cidade de Feira de Santana (BA), onde se observou a prevalência de 32,4% de TMC. Ambos os estudos, mesmo com a distância temporal de 11 anos, revelam os elevados índices de sofrimento psíquico entre trabalhadores informais, evidenciando a vulnerabilidade desse grupo ocupacional.

Além disso, em estudos com outros grupos de trabalhadores, foram encontrados valores semelhantes aos obtidos nesta pesquisa (Bravo et al., 2022; Maturino et al., 2024). Entre eles, destaca-se o estudo sobre TMC entre servidores técnico-administrativos em educação, cuja prevalência foi de 36,4% (Mota et al., 2020).

De acordo com os dados obtidos neste estudo, identificou-se uma associação significativa entre o sexo e a presença de TMC entre os participantes. O achado de maior prevalência entre mulheres reforça a tendência apontada em estudos anteriores, que destacam o gênero feminino como um fator de risco, devido à sobrecarga decorrente da dupla jornada de trabalho e à maior vulnerabilidade a fatores de estresse (Monteiro et al., 2021; Oliveira et al., 2023; Queiroz et al., 2023). A desigualdade de gênero na divisão do trabalho, tanto no âmbito profissional quanto no doméstico, reflete-se na sobrecarga enfrentada pelas mulheres. Apesar de sua crescente participação no mercado de trabalho, ainda não houve uma reorganização que redistribuísse as responsabilidades pelas tarefas de reprodução social, as quais continuam recaindo majoritariamente sobre elas (Mota et al., 2020).

Ressalta-se ainda que os papéis femininos tradicionais como esposa, mãe, filha e cuidadora, juntamente com fatores sociais, como o desemprego, a violência e as condições precárias de vida e de saúde, desempenham um papel significativo no adoecimento psíquico das mulheres (Queiroz et al., 2023). Além disso, as mulheres, muitas vezes, apresentam a tendência de vivenciar, expressar e lidar com os estressores de maneira particular,

utilizando estratégias de enfrentamento que podem variar conforme o contexto social e cultural em que estão inseridas, o que pode ter implicações diretas em sua saúde mental.

Quanto à faixa etária, o maior índice foi identificado em indivíduos de 40 a 59 anos. Tais faixas abarcam a população economicamente ativa e infere-se que os trabalhadores já tenham algum tempo de experiência laboral, o que pode aumentar o tempo de exposição a riscos, tais como o estresse laboral, que contribui para o desenvolvimento de transtornos mentais (Santos et al., 2017).

Em relação ao fato de os trabalhadores sem convivência marital apresentarem maior prevalência de TMC, a literatura tem demonstrado alguns resultados discordantes. Visto que estudos evidenciaram maior prevalência de TMC em trabalhadores com convivência marital (Moura et al., 2022), como observado em um estudo realizado por Oliveira et al. (2010) junto a trabalhadores informais, observou-se que o risco de transtornos mentais foi mais frequente entre pessoas com companheiro. Esse achado é corroborado por outras pesquisas, as quais apontam uma maior predisposição ao adoecimento psíquico entre indivíduos casados (Oliveira et al., 2010).

A maior prevalência de TMC entre indivíduos não casados pode estar relacionada à categorização utilizada, a qual considerou como “sem convivência marital” todos os participantes que, no momento da coleta de dados, estavam viúvos ou separados/divorciados. No contexto brasileiro, estudos indicam uma associação entre a ocorrência de TMC e o estado civil de separação ou viuvez (Carlotto, Barcinski & Fonseca, 2015; Santos et al., 2017), o que sugere que a variável “convivência marital” pode representar uma dimensão distinta daquela capturada pelo estado civil formal.

No que se refere ao fato de os indivíduos que se autodeclararam não negros apresentarem maior prevalência de TMC (35%), trata-se de um dado que também diverge de outros estudos (Queiroz et al., 2023; Santos, et al 2017), os quais apontam trabalhadores autodeclarados negros como mais vulneráveis ao sofrimento mental. Tais pesquisas evidenciam a vulnerabilidade relacionada

à dificuldade de acesso adequado à educação, à saúde, ao emprego e à habitação, além dos efeitos do preconceito racial e étnico. Esses fatores podem contribuir significativamente para o aumento do estresse psicológico (Santos et al., 2017). É importante ressaltar que a variável foi avaliada segundo a percepção do trabalhador entrevistado. O processo de identificação étnico-racial é subjetivo, já que envolve dimensões históricas, socioculturais e políticas (Moreira, 2021).

O perfil de baixa escolaridade observado entre os trabalhadores feirantes é similar ao perfil de trabalhadores encontrados em outros estudos (Almeida et al., 2020; Alves et al., 2022; Soares & Meucci, 2020). A baixa escolaridade predominante (até o ensino fundamental) também se destaca como um fator de vulnerabilidade, possivelmente limitando o acesso a oportunidades de trabalho menos extenuantes e a recursos de cuidado com a saúde mental. A escolaridade possui relação direta com a saúde mental, pois influencia as escolhas de vida, aspirações, autoestima e aquisição de novos conhecimentos, os quais podem contribuir para atitudes e comportamentos mais saudáveis (Alves et al., 2022; Soares & Meucci, 2020). Além disso, a educação qualifica os indivíduos para ocupações mais estáveis e interfere nas condições socioeconômicas futuras (Pereira et al., 2020).

Em relação ao tempo de trabalho na feira, a maior prevalência de TMC em trabalhadores com mais de dez anos de experiência (31,7%) reflete o impacto cumulativo das condições adversas de trabalho sobre a saúde mental. O sofrimento psíquico está relacionado a aspectos do ambiente de trabalho dos feirantes de longo tempo de trabalho e de longas jornadas de trabalho, as quais são caracterizadas por uma carga horária exaustiva, pelo ritmo acelerado e alta exigência de produtividade (Mascarenhas, 2014).

Além disso, a maior parte dos trabalhadores afirmaram desenvolver suas atividades laborais de quatro a seis dias na feira. Resultado semelhante pode ser visto em um estudo de Santos e Mesquita (2016), realizado com camelôs que relatam que trabalham de seis a sete dias por semana, o que implica uma jornada extenuante e desgastante. Além disso, esses trabalhadores frequentemente

enfrentam a realidade de baixos salários e a ausência de seguridade social, o que agrava ainda mais suas condições de vida (Santos & Mesquita, 2016).

Desse modo, as condições laborais precárias desempenham um papel crucial no agravamento de problemas de saúde, tanto físicos quanto psicológicos, manifestando-se em sintomas como estresse, insônia, perda de autoestima e insegurança. Essa degradação do bem-estar psicológico dos trabalhadores está frequentemente associada à falta de garantias e de direitos trabalhistas para esses indivíduos (Souza & Lussi, 2020).

Com relação aos sintomas mais relatados, evidenciou uma predominância de manifestações de humor depressivo e ansioso. O nervosismo, a tensão e a preocupação, relatados por 60,7% dos participantes, refletem o ambiente de trabalho marcado pelo estresse, a instabilidade econômica e a pressão constante para manter a renda. De acordo com Mota et al. (2020), no ambiente laboral, o surgimento do estresse está diretamente relacionado a fatores como exigências e pressões excessivas no trabalho, além da adequação das habilidades e conhecimentos do trabalhador às demandas de sua função. Quando essas situações se somam a altas demandas psicológicas, cargas laborais intensas, baixa autonomia e insatisfação profissional, o impacto negativo tende a ser ainda mais significativo (Souza & Lussi, 2022).

Observou-se que 6,6% dos participantes assinalaram “sim” à pergunta “tem pensado em tirar a vida?” do SRQ-20. Em estudo realizado por Queiroz et al. (2023) com quilombolas rurais do Norte de Minas Gerais, Brasil, 6,7% responderam “sim” a essa mesma questão. Embora os dados demonstrem uma menor prevalência, a ideação suicida entre trabalhadores feirantes exige atenção especial, considerando que o tabu social em torno do tema pode ter influenciado as respostas obtidas, o que evidencia a necessidade de intervenções multiprofissionais que promovam acolhimento e reduzam o sofrimento psíquico.

Machado et al. (2022) apontam que populações vulneráveis economicamente apresentam maior risco de suicídio devido às condições de vida adversas. De acordo com a literatura, o suicídio está associado a diversos fatores

predisponentes, incluindo transtornos mentais, condições sociodemográficas e psicológicas, além de dores e doenças crônicas, sendo essencial considerar as particularidades de cada caso (Aguar et al., 2022).

Ademais, os sintomas apresentados pelos participantes indicam elevados níveis de estresse, de ansiedade, de desesperança, de medo e de insegurança, frequentemente acompanhados por somatizações, as quais se manifestam como sinais de sofrimento emocional ou psíquico refletidos no corpo físico (Oliveira et al., 2010). Entre estes sintomas somáticos mais relatados pelos trabalhadores feirantes, destacaram-se: dormir mal (34,4%), seguido pela dor de cabeça (27,9%) e pela falta de apetite (26%). Estes dados são consistentes com outros estudos realizados com trabalhadores os quais utilizaram o instrumento SRQ-20, como o estudo de Mota et al. (2020), no qual a queixa de insônia aparece como o sintoma somático mais predominante.

Entre as limitações deste estudo estão a utilização de amostragem não probabilística, a qual pode limitar a generalização dos resultados para outros contextos ou para a totalidade da população de feirantes; a escassez de pesquisas voltadas especificamente para a saúde mental destes trabalhadores, o que dificulta a comparação dos resultados com outros estudos e impede uma análise mais contextualizada; e o desenho transversal, o qual impede a análise de relações causais entre as variáveis estudadas e a evolução dos transtornos mentais comuns ao longo prazo.

Apesar das limitações, os achados de elevada prevalência de transtornos mentais comuns entre trabalhadores feirantes, associados a variáveis sociodemográficas têm importantes implicações para a saúde pública e para a área da Psicologia. Do ponto de vista da saúde pública, estes resultados indicam a necessidade de políticas e de intervenções específicas voltadas à promoção da saúde mental em populações economicamente vulneráveis e submetidas a condições laborais precárias. Já na Psicologia, os dados reforçam a importância de estratégias de prevenção e de cuidado psicossocial adaptadas à realidade destes trabalhadores, as quais consideram os seus contextos sociais e culturais.

Além disto, estes achados evidenciam a relevância de abordagens interdisciplinares, as quais integrem os fatores psicossociais, econômicos e ocupacionais na formulação de programas de saúde mental comunitária.

A discussão dos resultados obtidos nesta pesquisa sobre a prevalência de transtornos mentais comuns em trabalhadores feirantes permite compreender a relevância do tema no contexto da saúde ocupacional, especialmente para uma população frequentemente negligenciada em estudos epidemiológicos.

Ademais, é fundamental que novos estudos sejam realizados para aprofundar a compreensão sobre os fatores determinantes e para avaliar a eficácia de intervenções específicas nesse grupo.

Considerações Finais

O presente estudo analisou a prevalência de TMC entre trabalhadores feirantes, bem como suas possíveis associações com características sociodemográficas e ocupacionais. Os resultados evidenciaram uma prevalência de 31,1%, revelando uma significativa vulnerabilidade da população estudada ao sofrimento psíquico. Além disso, 6,6% dos entrevistados relataram ter tido ideias de acabar com a própria vida.

A análise destacou uma maior prevalência de TMC entre mulheres, com significância estatística, o que reforça a sobrecarga associada à dupla jornada de trabalho e às condições sociais e culturais frequentemente enfrentadas por esse grupo.

Diante dos resultados obtidos, torna-se imprescindível a implementação de ações específicas voltadas à promoção da saúde mental e ao apoio psicossocial dos trabalhadores feirantes. Propõe-se a implementação de programas de apoio psicossocial, de ações de saúde ocupacional e de estratégias de educação em saúde, com o objetivo de minimizar os impactos dos TMC e promover melhorias na qualidade de vida desta população. No âmbito da saúde mental, é essencial o desenvolvimento de programas de promoção da saúde e de prevenção de agravos relacionados às condições de trabalho, com ênfase em práticas educativas sobre ergonomia, o

autocuidado, o manejo de estresse e a prevenção de doenças crônicas. A oferta de espaços itinerantes de atenção primária com foco em saúde do trabalhador, em parceria com unidades de Saúde da Família, pode ampliar o acesso a avaliações clínicas, a triagens psicossociais e a encaminhamentos adequados.

Paralelamente, recomenda-se a adoção de ações de apoio psicossocial comunitário, com enfoque territorial e participativo, as quais considerem as especificidades do trabalho informal e da cultura local. Estas ações podem incluir grupos de escuta e apoio emocional, oficinas de educação em saúde mental, rodas de conversa mediadas por profissionais da Psicologia e da Assistência social, além de ações intersetoriais as quais promovam a inclusão social, o acesso aos direitos e o fortalecimento de redes de suporte. É fundamental que estas intervenções sejam contínuas, culturalmente sensíveis e construídas com a participação ativa dos próprios trabalhadores, o que garante uma maior adesão e efetividade. A integração entre a saúde pública, a assistência social, e a psicologia comunitária constitui um caminho promissor para a promoção da saúde integral desta população frequentemente negligenciada pelas políticas públicas convencionais.

Além disto, recomenda-se que as futuras pesquisas aprofundem a investigação sobre os fatores específicos os quais contribuem para o adoecimento mental destes trabalhadores, o que permite a elaboração de intervenções mais direcionadas e eficazes.

Referências

- Aguiar, R. A., Riffel, R. T., Acrani, G. O., & Lindemann, I. L. (2022). Tentativa de suicídio: prevalência e fatores associados entre usuários da Atenção Primária à Saúde. *Jornal Brasileiro de Psiquiatria*, 71, 133-140. DOI: 10.1590/0047-2085000000379
- Almeida, I. L. G. I. D., Duarte, A. C. M., Simões, M. L., Azevedo, D. S. D. S. D., & Alcantara, M. A. D. (2020). Fatores de risco para desenvolvimento de transtorno mental comum entre trabalhadores da saúde de Diamantina, estado de Minas Gerais. *Revista Brasileira de Medicina do Trabalho*, 18(3), 293-301. DOI: 10.47626/1679-4435-2020-574
- Alves, R. M., Santos, E. G. D. O., & Barbosa, I. R. (2022). Fatores associados aos transtornos mentais comuns entre agricultores em um município de médio porte no nordeste do Brasil. *Revista de Saúde Pública*, 56, 74. DOI: 10.11606/1518-8787.2022056003522
- American Psychiatric Association (APA). (2014). *Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5*. Artmed.
- Barros, M. B. d. A., Lima, M. G., Malta, D. C., Szwarcwald, C. L., Azevedo, R. C. S. d., Romero, D., & Gracie, R. (2020). Relato de tristeza/depressão, nervosismo/ansiedade e problemas de sono na população adulta brasileira durante a pandemia de COVID-19. *Epidemiologia e Serviços de Saúde*, 29, e2020427. <https://doi.org/10.1590/S1679-49742020000400018>
- Bernardino, D. C. D. A. M., & Andrade, M. (2015). O trabalho informal e as repercussões para a saúde do trabalhador: uma revisão integrativa. *Revista de Enfermagem Referência*, 4(7), 149-158. DOI: 10.12707/RIV14049
- Brasil. Ministério da Saúde. (2012). *Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012*. Conselho Nacional de Saúde. <https://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf>
- Bravo, D. S., Gonçalves, S. G., Giroto, E., González, A. D., Melanda, F. N., Rodrigues, R., & Mesas, A. E. (2022). Condições de trabalho e transtornos mentais comuns em agentes penitenciários do interior do estado de São Paulo, Brasil. *Ciência & saúde coletiva*, 27, 4559-4567. doi: 10.1590/1413-812320222712.10042022
- Carlotto, M. S., Barcinski, M., & Fonseca, R. (2015). Transtornos mentais comuns e associação com variáveis sociodemográficas e estressores ocupacionais: uma análise de gênero. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 15(3), 1006-1026.
- Carvalho, J.J., & Aguiar, M. G. G. (2017). Qualidade de vida e condições de trabalho de feirantes. *Revista de Saúde Coletiva da UEFS*, 7(3). DOI: 10.13102/rscdauefs.v0i0.1943
- Carvalho, R. G., Maciel, R. H., Matos, T. G. R., & Aquino, C. A. B. (2020). Vivências de trabalho na informalidade: um estudo com feirantes de roupas na cidade de Fortaleza-CE. *Psico*, 51(2), e33744-e33744. DOI: 10.15448/1980-8623.2020.2.33744
- Farias, M. D., & Araújo, T. M. D. (2011). Transtornos mentais comuns entre trabalhadores da zona urbana de Feira de Santana-BA. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, 36, 25-39. DOI: 10.1590/S0303-76572011000100004
- Figueredo, T. T., Ribeiro, E. D. S. B., Silva, L. A., Jesus Silva, R., & Rios, M. A. (2020). Transtornos mentais em trabalhadoras do estado da Bahia. *Revista ComCiência*, 5(6), 82-85. DOI: 10.36112/issn2595-1890.v5.i6.p82-85
- Goldberg, D. P., & Huxley, P. (1992). *Common mental disorders: a bio-social model*. Tavistock/Routledge.
- Gomes, C. F. M., Junior, R. J. P., Cardoso, J. V., & Silva, D. A. (2020). Transtornos mentais comuns em estudantes universitários: abordagem epidemiológica sobre vulnerabilidades. *SMAD, Revista Eletrônica Saúde Mental Álcool E Drogas*, 16(1), 1-8. DOI: 10.11606/issn.1806-6976.smad.2020.157317
- Gonçalves, D. M., Stein, A. T., & Kapczinski, F. (2008). Avaliação de desempenho do Self-Reporting Questionnaire como instrumento de rastreamento psiquiátrico: um estudo comparativo com o Structured Clinical Interview for DSM-IV-TR. *Cadernos de Saúde Pública*, 24, 380-390.

- Guirado, G. M. D. P., & Pereira, N. M. P. (2016). Uso do Self-Reporting Questionnaire (SRQ-20) para determinação dos sintomas físicos e psicoemocionais em funcionários de uma indústria metalúrgica do Vale do Paraíba/ SP. *Cadernos Saúde Coletiva*, 24, 92-98. DOI: 10.1590/1414-462X201600010103
- Huynh, T. B., Oddo, V. M., Trejo, B., Moore, K., Quistberg, D. A., Kim, J. J., Canseco, F.D., & Vives, A. (2022). Association between informal employment and depressive symptoms in 11 cities in Latin America. *SSM-population health*, 18, 101101. DOI:10.1016/j.ssmph.2022.101101
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2024). Guanambi. <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ba/guanambi.html>
- Ludermir, A. B. (2005). Associação dos transtornos mentais comuns com a informalidade das relações de trabalho. *J Bras Psiquiatr*, 54(3), 198-204.
- Machado, E. S., Araújo, T. M., de Sousa, C. C., Carvalho Freitas, A. M., Oliveira Souza, F. D., & Lua, I. (2022). Estresse ocupacional e transtornos mentais comuns: como atuam as estratégias de enfrentamento? *Revista Brasileira de Medicina do Trabalho*, 20(2), 195-205. DOI: 10.47626/1679-4435-2022-680
- Magalhães, V. D. S. M., Mota, A. A. F., Silva, P. L., de Souza, D. A., dos Santos, M. C. R., & Rios, M. A. (2019). Multimorbidade em trabalhadores açougueiros feirantes. *Revista de Enfermagem do Centro-Oeste Mineiro*, 9. DOI: 10.19175/recom.v9i0.3238
- Mascarenhas, M. S. (2014). *Aspectos psicossociais do trabalho e transtorno mentais comuns entre trabalhadores informais feirantes*. [Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual de Feira de Santana]. Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações.
- Maturino, M. M., Sousa, C. C. D., Moraes, L. G. D. S., Souza, D. S., Freitas, M. Y. G. S., & Araújo, T. M. D. (2024). Dimensões da pandemia de COVID-19: prevalência de transtornos mentais comuns em trabalhadores e trabalhadoras "invisibilizados" da saúde e sua associação com estressores ocupacionais. *Revista Brasileira de Epidemiologia*, 27, e240039.
- Monteiro, M. A. M., Orfanó, I. S., & Castro, R. I. V. (2021). Prevalência de transtornos mentais comuns em trabalhadores de restaurantes. *Research, Society and Development*, 10(3), 1-11. DOI: 10.33448/rsd-v10i3.13212.
- Moreira, R. D. S. (2021). Epidemiologia e a categoria das raças: reflexões onto-epistemológicas. *Cadernos de Saúde Pública*, 37(6), e00133721. DOI: 10.1590/0102-311X00133721
- Mota, C. A., Silva, A. K. L. D., & Amorim, K. (2020). Prevalência de transtornos mentais comuns em servidores técnico-administrativos em educação. *Revista Psicologia Organizações e Trabalho*, 20(1), 891-898. doi: 10.17652/rpot/2020.1.17691
- Moura, R. C. D. D., Chavaglia, S. R. R., Coimbra, M. A. R., Araújo, A. P. A., Scárdua, S. A., Ferreira, L. A., ... & Ohl, R. I. B. (2022). Transtornos mentais comuns em profissionais de enfermagem de serviços de emergência. *Acta paulista de enfermagem*, 35, eAPE03032. doi: 10.37689/acta-ape/2022AO03032
- Oliveira, G. F., Carreiro, G. S. P., Filha, M. D. O. F., Lazarte, R., & de Toledo Vianna, R. P. (2010). Risco para depressão, ansiedade e alcoolismo entre trabalhadores informais. *Revista Eletrônica de Enfermagem*, 12(2), 272-7. DOI: 10.5216/ree.v12i2.10354
- Oliveira, M. E. T. D., & Carlotto, M. S. (2020). Fatores associados aos Transtornos Mentais Comuns em caminhoneiros. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 36, e3653. DOI: 10.1590/0102.3772e3653
- Oliveira, F. E. S. D., Trezena, S., Dias, V. O., Martelli Júnior, H., & Martelli, D. R. B. (2023). Transtornos mentais comuns em profissionais da Atenção Primária à Saúde em um período de pandemia da covid-19: estudo transversal na macrorregião Norte de saúde de Minas Gerais, 2021. *Epidemiologia e Serviços de Saúde*, 32, e2022432. DOI: 10.1590/S2237-96222023000100012
- Organização Mundial da Saúde (OMS). (2022). *Mental Disorders*. World Health Organization.
- Organização Pan-Americana da Saúde. (2022, 17 de junho). *OMS destaca necessidade urgente de transformar saúde mental e atenção*. <https://>

www.paho.org/pt/noticias/17-6-2022-oms-destaca-necessidade-urgente-transformar-saude-mental-e-atencao

- Pereira, A. C. L., Souza, H. A., Lucca, S. R. D., & Iguti, A. M. (2020). Fatores de riscos psicossociais no trabalho: limitações para uma abordagem integral da saúde mental relacionada ao trabalho. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, 45, e18. DOI: 10.1590/2317-6369000035118
- Queiroz, P. D. S. F., Rodrigues Neto, J. F., Miranda, L. D. P., Oliveira, P. S. D., Silveira, M. F., & Neiva, R. J. (2023). Transtornos Mentais Comuns em quilombolas rurais do Norte de Minas Gerais, Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, 28, 1831-1841. DOI: 10.1590/1413-81232023286.15022022
- Quemel, G. K. C., Da Silva, E. P., Conceição, W. R., Gomes, M. F., Rivera, J. G. B., & Quemel, G. K. C. (2021). Revisão integrativa da literatura sobre o aumento no consumo de psicotrópicos em transtornos mentais como a depressão. *Brazilian Applied Science Review*, 5(3), 1384-1403. DOI: 10.34115/basrv5n3-008
- Ramos, G. S. L., & Silva, G. M. M. (2021). Transtorno mental e comportamental no estado de São Paulo: variações da mortalidade e morbidade de 2017 a 2020. In *Colloquium Vitae*, 13(2), pp. 12-18. DOI: 10.5747/cv.2021.v13.n2.v326
- Rios, M. A., Nery, A. A., da Silva Santos, G., Junior, D. F. C., Pereira, M. S., dos Santos Teixeira, W., ... & Silva, L. A. (2022). Fatores associados à autopercepção negativa de saúde de trabalhadores feirantes de Guanambi/BA. *Research, Society and Development*, 11(6), e55711629394. DOI: 10.33448/rsd-v11i6.29394
- Rouquayrol, M. Z., & Gurgel, M. (2017). *Rouquayrol - Epidemiologia e saúde* (8a ed.). MedBook Editora.
- Santos, D. R., & Mesquita, A. A. (2016). Avaliação das condições de trabalho e sofrimento psíquico em camelôs. *Revista Psicologia e Saúde*, 8(2), 29-42. DOI: 10.20435/2177-093X-2016-v8-n2(03)
- Santos, A. M. V. D. S., Lima, C. D. A., Messias, R. B., Costa, F. M. D., & Brito, M. F. S. F. (2017). Transtornos mentais comuns: prevalência e fatores associados entre agentes comunitários

de saúde. *Cadernos Saúde Coletiva*, 25, 160-168. DOI: 10.1590/1414-462X201700020031

- Santos, H. S., Nestor, A. G. S., Abreu, B. S., & Modesto, K. R. (2018). A utilização dos medicamentos psicotrópicos e seus fatores associados. *Revista de Iniciação Científica e Extensão*, 1(1), 51-56.
- Sekaran, S., Selvaraj, V., Ganapathy, D., & Warriar, S. (2024). Inclusive mental health for informal workers. *The Lancet*, 403(10438), 1748-1749.
- Silveira, L. B., da Rosa Kroef, C., Teixeira, M. A. P., & Bandeira, D. R. (2021). Uso do self-reporting questionnaire (SRQ-20) para identificação de grupo clínico e predição de risco de suicídio. *Revista Psicologia e Saúde*, 13(4), 49-61. DOI: 10.20435/pssa.v13i4.1219.
- Soares, P. S. M., & Meucci, R. D. (2020). Epidemiologia dos Transtornos Mentais Comuns entre mulheres na zona rural de Rio Grande, RS, Brasil. *Ciência & saúde coletiva*, 25(8), 3087-3095.
- Souza, M. B. C. A., & de Oliveira Lussi, I. A. (2020). Juventude, trabalho informal e saúde mental. *Política & Trabalho*, (51), 126-144. DOI:10.22478/ufpb.1517-5901.0v51n0.48293
- Souza, M. B. C. A. D., & Lussi, I. A. D. O. (2022). Terapia Ocupacional e trabalho informal: reflexões para a prática. *Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional*, 30, e2901. DOI:10.1590/2526-8910.ctoAO21902901
- Vasconcelos, E. F., Costa, A. K. B. D., Oliveira, G. D. V., & Pereira, K. L. (2023). Informalidade e vulnerabilidade psicossocial. *Interações (Campo Grande)*, 24(3), 1073-1086. DOI:10.20435/inter.v24i4.4091